

REUNIÃO CONSELHO CURADOR FACELI

Aos vinte e dois dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um, às dezoito horas e dez minutos, por videoconferência gravada, realizada através do aplicativo "Google Meet", reuniu-se o Conselho Curador da Fundação Faceli, conforme convocação ordinária e pauta pré-estabelecida, na qual estavam presentes o Sr. Robson Valle, Presidente da Fundação, o Sr. Rodrigo Coffler, Diretor Acadêmico, o Sr. Roque Chile Souza, representante do legislativo municipal, a Sra. Maria Olímpia Dalvi, Secretária Municipal de Educação, Sr. Paulo Henrique Miranda Santana, Diretor Administrativo Financeiro da Faceli, Sra. Eleonor Manzano Winckler, representante dos discentes, bem como os professores Sr. Antônio Cesar Machado, Sra. Joana Lúcia Alexandre de Freitas, Sra. Ludimila Caliman Campos, Sra. Marcela Rubia Tozato Daltio, Sr. Marcos Rodrigues Saúde, Sr. Ozório Vicente Netto, Sr. Pedro Henrique Menezes, Sra. Suelem Agum, Sr. Tiago Cação Vinhas. Aberta a reunião pelo Presidente do Conselho Curador, Sr. Robson Valle, que questionou se todos haviam tido acesso a ata anterior por e-mail e se haveria alguma objeção. Nenhuma correção a ser feita, foi aprovada a ata da reunião anterior, por unanimidade. Ato contínuo, o Presidente nomeou o Professor Antônio Cesar Machado como secretário *ad hoc*. Em seguida, foi dada a posse dos novos membros: a Sra. Eleonor Manzano Winckler, representante dos discentes e o Sr. Roque Chile Souza, representante da Câmara Municipal de Linhares. Imediatamente, passou-se ao próximo ponto da pauta, qual seja a ratificação dos convênios realizados pela Faceli, e o Presidente abriu a discussão. Logo, o Sr. Tiago Cação Vinhas iniciou a discussão especificamente sobre o Termo de Cessão junto a Procuradoria do Município, enfatizando a necessidade de tornar os critérios mais objetivos, além de questionar se, de fato, as contrapartidas estabelecidas desde 2017 foram cumpridas, a exemplo do pagamento de despesas e do envolvimento dos alunos no NJPPM. Pelo Presidente foi informado que o gasto que a instituição tem com a Procuradoria é apenas energia, haja vista não considerar o consumo de água e a internet ser própria, além de elencar feitos da Prefeitura em relação a melhorias da Faceli dado ao fato de a Procuradoria utilizar o espaço, qual sejam dois vigias, uma servente, a troca de bandeiras e poda, enfatizando, ainda, que a Procuradoria estando na instituição aumenta a oportunidade de estágios; destacou que é possível solicitar um aditivo para que estejam elencadas formalmente as obrigações da Prefeitura, bem como explanou sobre o que foi feito em relação ao NJPPM, afirmando que o que foi feito precisa ser um ponto de partida para ter projetos mais consistentes. Pelo Sr. Tiago afirmou que é preciso cobrar uma contrapartida efetiva em razão da utilização do espaço, além de pontuar a necessidade de que se conste um aditivo formalizando as contrapartidas a serem realizadas pela Procuradoria. Logo após, o Sr. Antônio informou sobre relatos da Procuradoria não cumprir a obrigação de manter a boa convivência e a livre circulação nos espaços, impedindo um professor de utilizar a geladeira do Núcleo de Práticas Jurídicas, além do tratamento arrogante e prepotente dirigido a muitos servidores; na baila, ponderou, ainda, sobre o aspecto acadêmico da parceria, que



em sua opinião ficou aquém do que a Faceli oferece à Procuradoria e o que a Procuradoria poderia oferecer à Faceli. O Presidente pediu uma parte para afirmar que a quantidade de estagiários da Procuradoria é um número muito maior do que cinco, e que os cinco alunos que ele mencionou anteriormente tratavam-se dos selecionados para participar do programa de regularização fundiária. Ainda com a palavra o Sr. Antônio Cesar, expôs reclamações recebidas dos alunos, que lhe informaram sobre tratamento humilhante e de menosprezo com que foram tratados na Procuradoria, mas que não desejavam formalizar por medo de represália na vida profissional; pontuou, ainda, que não concorda que as coisas realizadas pela Procuradoria (poda de árvores e fornecer poucos servidores) possam ser encaradas como uma grande contrapartida, haja vista que o Município é milionário e podar as árvores deveriam ser coisas feitas de boa vontade e não em razão de contrapartida, ressaltando que o orçamento da Procuradoria é superior ao da Instituição Acadêmica e por isso a parceria deve ser vantajosa para a Faceli, pois o Concur tem a obrigação de pensar no melhor para a Instituição e não para a Procuradoria. Com a palavra o Presidente, assim se manifestou: "Como figura de retórica, é muito bonito falar que nós só temos poda de árvore como retorno da prefeitura. Nós temos uma série de ações. Todas as ações de manutenção que nós temos aqui são efetuadas pela prefeitura. Então, não é só poda de árvore. Mas também concordo com o senhor em gênero número e grau que devemos pensar a Faceli para daqui cinco, dez, quinze e vinte anos, mas nós temos que pensar nessa meta fazendo parceria, construindo apoios e construindo relações. Eu não consigo imaginar a construção de uma Faceli para daqui cinco, dez anos brigando com outros entes públicos da prefeitura simplesmente porque estão debaixo do mesmo teto que a gente. Me desculpe, mas acho que essa retórica é muito forçada. Com todo respeito." Logo em seguida, o Sr. Antonio Cesar se manifestou: "Eu entendo Robson, a sua posição, haja vista a relação que vocês têm com a administração municipal. Compreendo e não questiono isso. Mas não é só figura de retórica, é só a gente olhar o teto do segundo piso que está caindo aos pedaços, é a demanda do DCE que ano após ano nunca consegue nenhuma questão e a gente tenta problematizar. Parece que a gente voltou a dois, três anos atrás, a gente está sempre debatendo as mesmas coisas. É óbvio que a gente precisa ter parcerias, só que a parceria quando um lado se escora no outro não é parceria. Esse é o ponto. Ela tem que ser equânime para os dois entes que estão ali envolvidos. A gente oferece o prestígio da instituição, o espaço. Ninguém está questionando. Pode ficar ali. Pode vir o PROCON pra cá, a gente tinha essa ideia de trazer o PROCON pra cá, a grande questão é o equilíbrio dessa relação. Nunca foi cortez. Duvido vocês encontrarem algum servidor que diga que ela foi cortez. Dificilmente a gente encontra. É muito pouco. Pode ser retórica, eu entendo os argumentos contrários. Mas se a gente quer uma instituição autônoma, a gente tem ainda muito o que caminhar". Logo após, o Sr. Ozório pediu a fala e concordou com a fala do presidente de que seja feito um aditivo para que todas as contrapartidas sejam formalizadas, para deixar a instituição mais segura; No afã, ressaltou que vê com bons olhos outros entes junto à FACELI, mas que tudo precisa ser colocado no papel e, sugeriu, ainda, que se calcule a economia que a Procuradoria faz por estar

na Faceli, para que parte dessa economia possa ser revertida em contrapartida, ressaltando a importância de que a relação seja transparente. Com a palavra o Sr. Tiago, este pontuou que, além de constar no aditivo todas as contrapartidas que a Procuradoria irá assumir, visando a segurança de todos os envolvidos, ele tem mais duas sugestões: que todos os estagiários da Procuradoria sejam da Faceli, bem como a transferência da propriedade do imóvel em que se encontra a Faceli para à autarquia Fundação Faceli. Em seguida, a Sra. Marcela Rubia manifestou-se no sentido de concordância de todas as falas ditas anteriormente, destacando a importância de ver possibilidades que melhore, em relação ao aditivo, ressaltando que é bom o Presidente ter se mostrado aberto, e que a questão das parcerias e convênios precisa ser vista com bastante cuidado. Logo após, o Presidente afirmou que irá colocar todas as ponderações em pauta de conversa com a Procuradora Geral, principalmente aquelas trazidas pelo Sr. Antonio em relação a forma de tratamento, afirmando considerar inadmissível que isso ocorra. Ato contínuo, o Presidente colocou a ratificação do Convênio em votação. Pelo Sr. Antônio foi sugerido que, antes da ratificação, fosse elaborada a lista de contrapartidas e, estando tudo certo e de comum acordo com a Procuradoria, ratifica-se o Convênio. Em seguida, o Sr. Tiago, ponderou que não há interesse em expulsar ninguém, mas é preciso pensar nos melhores termos para a Faceli, delimitando melhor as obrigações, bem como equiparando-as de melhor maneira, ressaltando que não pode ser ratificado o convênio sem o aditivo. Com a palavra, o Presidente disse que irá propor uma reunião extraordinária para apresentar o aditivo incluindo toda a contrapartida da Procuradoria, propondo para votação a ratificação do Convênio condicionada ao aditivo. O Sr. Ozório manifestou-se em concordância à sugestão. Em seguida, o Sr. Antônio solicitou ao Sr. Tiago que se formule o aditivo para circular pelo e-mail dos Conselheiros. Instantaneamente o Sr. Tiago disse que poderia fazer, desde que todos concordassem, para que a sugestão de aditivo fosse debatida e aprovada na próxima reunião. Com a palavra a Sra. Marcela Rubia, concordou que se fosse algo debatido, bem como uma reunião com a Procuradoria para ouvir o outro lado, para que se chegue a um acordo. Em seguida, o Sr. Ozório concordou com a fala da Sra. Marcela e sugeriu ao Presidente que na reunião extraordinária tivesse a presença da Procuradora Geral ou algum representante. Em seguida, com a palavra o presidente, este questionou: "Então o convênio não está ratificado, é isso?". Com a palavra o Sr. Antônio afirmou que até o momento não, pois na sua compreensão, só se aprovará após a elaboração do termo de contrapartidas. Com a palavra o Sr. Tiago, assim se manifestou: "Eu acho que a gente pode ponderar o seguinte. Desculpa interromper. Acho que a gente pode ponderar o seguinte: A Procuradoria está legitimada a ficar na sala sem problema nenhum, até a gente poder propor um aditivo e daí debater esse aditivo. Mas a gente não está propriamente ratificando aquele termo. Pelo menos no meu entender. Eu quero ouvir os outros conselheiros. Porque a ratificação presumiria que a gente votaria mais dois anos, e a gente está querendo remanejar, reorganizar, repropor algumas obrigações da cessionária e por isso a gente não pode ratificar por mais dois anos, a gente pode ratificar até a reunião ou até o momento da celebração do aditivo. Alguma coisa do gênero. Pelo Presidente foi

proposto a ratificação do convênio até a reunião em que será apresentada a proposta do aditivo. Os Conselheiros Senhores Antônio e Tiago concordaram. Com a palavra, o Presidente se manifestou: "Nessa próxima reunião nós apresentaríamos um aditivo? Com a palavra novamente o Sr. Tiago, assim se manifestou: "Isso. A lógica seria a gente debater esse aditivo, deixar ele pronto para os Conselheiros, o que a gente fica contente como Concur. E daí, sentar com a Procuradoria, ver o que é possível ou não e daí com isso a gente consegue fechar: 'A não, beleza, então vai ser dessa forma durante os próximos dois anos. Tudo bem'. E daí fica tudo certo. Não tenho expectativa de que a gente vá conseguir tudo o que eventualmente a gente peça, mas enfim, é uma negociação, todo mundo consegue debater". Em seguida, o Presidente se manifestou: "Então nós vamos então colocar para uma reunião extraordinária a discussão do aditivo do acordo com a Procuradoria?" Os senhores Tiago e Antônio concordaram. Ato contínuo o Presidente questionou a opinião dos demais conselheiros presentes. Dada a palavra ao Diretor Acadêmico, este afirmou que entende que as contrapartidas, ainda que não estejam documentadas mas são praticadas, chegam a um valor considerável caso a Fundação fosse arcar com o que lhes é proposto pela Procuradoria, principalmente contando com os servidores cedidos; afirma, ainda, a importância de documentar como aditivo as contrapartidas já realizadas, ponderando que abrir para negociações dá a impressão de que existe algo a venda, e não se pode deixar de pensar no ente público, visto que o benefício econômico em relação a Procuradoria a Faceli já tem; reiterou que corrobora com a primeira ideia de que se ratifique o convênio com a condicionante de que os benefícios que já são realizados de maneira informal constem no contrato, visto que é uma obrigação e não um favor, contudo afirmou que exigir "mundos e fundos" fora o que já é prestado traria desconforto com o outro órgão do município; reafirmou que o benefício já existe, além do fato de considerar a presença da Procuradoria na instituição algo muito bom para o curso de direito; afirmou, ainda, que deixar de ratificar visando negociar, trataria-se de uma indelicadeza, considerando que a melhor proposta seria ratificar de maneira condicional, a fim de que as contrapartidas possam constar do aditivo para que fiquem estabelecidas como obrigações. O Presidente ressaltou que não se sente confortável em fazer uma ação de negociação da Procuradoria. Pelo Sr. Tiago, foi questionado qual seria o problema de fazer uma negociação entre as duas instituições, principalmente porque a FACELI tem CNPJ e é autônoma, destacando que acredita ser pouco o que a FACELI recebe do município, afirmando que a cada ano se recebe menos, não se consegue fazer reforma, sendo que a cada ano recebe-se notícias de que o Município arrecada bem, propondo que o Prédio da Faceli seja transferido e que a Procuradoria auxilie nessa regulamentação. Pelo Sr. Rodrigo Coffler foi pontuado que não concorda que este novo ponto proposto pelo Sr. Tiago fosse uma condição para ratificação, mas que seja um ponto de diálogo ao longo do tempo, afirmando que impor tal questão seria "colocar uma faca no pescoço" e que seria muito mais produtivo abrir diálogo posteriormente, sendo mais tranquilo trabalhar desta forma, primeiro abrindo diálogo e depois apresentando exigência caso o diálogo não seja estabelecido. Dada a palavra, a Sra. Eleonor, pontuou que concorda com a proposta do Tiago de



acrescentar mais alguma exigência, ainda que de forma aberta, para que se possa acompanhar, já que outras contrapartidas que deveriam ser feitas não foram. Em seguida, o Sr. Rodrigo pontuou que aquilo que estava em contrato foi cumprido e que o que deixou de ser cumprido foram as cordialidades que não estavam em contrato. A Sra. Eleonor afirmou que ingressou em 2019 na FACELI e não viu nenhum edital da procuradoria. Pelo chat, a Sra. Joana Lúcia se manifestou: "Joana Lúcia Alexandre de Freitas: O projeto pedagógico que fizeram não saiu do papel. Se ocorreu não tomei conhecimento. Ficaram de fazer oficinas pedagógicas com as crianças de lá do Santa Cruz e não fizeram." Com a palavra, o Sr. Ozório afirma que não se pode "colocar a faca no pescoço" da Procuradoria, contudo não custa abrir o diálogo com a Procuradoria, como disse o Sr. Rodrigo; contudo, afirma que nunca houve diálogo entre a Faceli e o município, o que só aconteceu nesta gestão atual da Faceli, e por isso todos tem o "pé atrás" quando se fala em diálogo com a Prefeitura. Pelo Sr. Rodrigo, foi proposto que se votasse a proposta do Sr. Ozório. Com a palavra o Sr. Antônio Cesar, este se manifestou no sentido de abrir votação para as duas propostas, tanto a de ratificar a renovação condicionada ao aditivo que o Sr. Tiago irá elaborar para ser aprovado na próxima reunião, quanto a proposta do Ozório. O sr. Ozório afirmou que sua proposta é de condicionar a renovação ao aditivo, acrescentando as novas contrapartidas como sugestões. Dada a palavra ao Sr. Tiago este questionou juridicamente como ficaria. O Presidente ressaltou que são obrigações já cumpridas pela prefeitura. Pelo Sr. Ozório e Sr. Rodrigo foi informado que a proposta seria ratificar com ressalvas. Dada a palavra ao Sr. Tiago, assim se manifestou: "Então a redação em ata seria: Ratificamos o termo até a realização de um aditivo a ser debatido na próxima reunião. Nestes termos não vejo problema." Com a palavra a Sra. Marcela, esta manifestou que a proposta do Rodrigo é diferente. Pelo Sr. Rodrigo foi informado que sua proposta é ratificar desde já, desde que se tenha o termo aditivo com a manutenção das contrapartidas que já são prestadas, agora como obrigação e não mais como favor; não precisaria de outra reunião pois o aditivo seria para colocar como obrigação os serviços que já são prestados. Dada a palavra ao Sr. Antônio, assim se manifestou: "A proposta do Rodrigo, pelo que entendo, é manter as coisas como estão, só regularizadas. A proposta do Ozório é manter as coisas como estão e a partir do aditivo talvez incluir mais alguma coisa que a Procuradoria e o Município talvez tenham disposição em fazer. Eu acho que são essas duas propostas, uma mantém formal e formaliza, a outra mantém mas vamos fazer um aditivo." Pelo Sr. Ozório foi questionado se o Sr. Rodrigo é contra acrescentar as coisas novas. Pelo Sr. Rodrigo foi afirmado que não é contrário ao acréscimo de coisas novas, contudo não concorda que estas coisas condicionem a renovação. O Sr. Ozório afirmou que concorda com essa posição. O Sr. Paulo, afirmou que ambos estão falando no mesmo sentido, e que pensa que o Conselho deveria ratificar o Convênio, e formalizar tudo o que já é feito em prol da Faceli. Pelo Sr. Ozório afirmou que essa é a única condição para ratificação. O Sr. Paulo reforçou que além dos servidores, as contas de energia da Faceli desde 2017 até julho/2019 foram pagas integralmente pela Prefeitura e que, pelo seu levantamento, em média seria o valor de trinta mil mensal e, se for analisar, esse valor ficaria ao todo em torno

de seiscentos mil reais; Destacando que as contrapartidas não são de um valor irrisório. O Sr. Ozório afirmou que tudo isto precisa constar por escrito. Com a palavra o Sr. Antônio, este questionou ao Ozório que caso seja ratificado nestes termos mas a Procuradoria e o município se recusem a realizar as novas sugestões, a Faceli ficará mais dois anos do mesmo jeito, e terá jogado fora a oportunidade de obter novas contrapartidas que o Conselho considera importantes. Pelo Sr. Ozório respondeu que é necessário saber as informações que o Sr. Paulo trouxe, porque pelo que foi informado, a Faceli não está no prejuízo. O Sr. Antônio afirmou que concorda que não há prejuízo, contudo há estagnação. Pelo Sr. Ozório, foi afirmado que pelo que foi informado pelo Sr. Paulo, a Faceli está no lucro, pois se a Procuradoria sair, a Faceli terá que arcar com os gastos que hoje a Procuradoria tem arcado. Novamente com a palavra o Sr. Antônio, este manifestou no sentido de que há uma questão filosófica de fundo de dar valor às coisas, e que essa manifestação de valor se dará em dinheiro, mas pontua que sente vergonha de chorar migalhas. Dada a palavra ao Sr. Roque, assim se manifestou: "Paulo, diante do que você falou, era uma coisa que eu iria pedir para falar. Eu acho que todo o serviço que é feito, além dos valores que você já expressou para todo mundo, é bom pedir às Secretarias que fazem o serviço, manutenção do prédio da Faceli, também especificar os valores, para que todos tenham noção do que é investido na Faceli. Entendeu? Porque se não, é o que o Ozório também comentou, fica uma coisa realmente fora do papel. Então, o que é investido? Porque o que é investido é investimento nos professores, tá investindo nos alunos e investe diretamente na educação pública do município. Então isso é fundamental. Queria colocar essa pontuação para que seja feita também, colocada em consideração esses valores, e tudo o que é pautado diretamente dentro da Faceli. É de extrema importância para que tenha transparência para todos os alunos, para todos os diretores e para todos os professores também presentes." Dada a palavra ao Sr. Ozório, assim se manifestou: "Uma coisa só para ressaltar, é que realmente uma coisa que o Antônio falou que eu concordo com ele, não no sentido da Procuradoria, da Procuradoria, eu mantenho o que eu falei. Mas, eu só acho que de repente a gente tá jogando energia no lugar errado. Porque a gente tem tido uma queda de receita anual, desde que entramos como concursados na Faceli, todo ano a gente diminui a nossa receita, eu penso que o momento da gente brigar por isso, até como Conselho Curador, já fica uma sugestão de repente colocar uma extraordinária pro final do ano, é com a lei orçamentária pra gente brigar pra subir nosso orçamento, acho que isso daí que é mais importante." Com aparte o Sr. Antônio Cesar, este se manifestou: "Não Ozório, já te adianto que não vai ter isso, então deixa pro ano que vem, que isso já não vai ocorrer pro próximo ano." Continuando o Sr. Ozório: "Já foi definida a lei do ano que vem?" Em seguida, o Sr. Antônio: "Já está chegando o orçamento e tu sabe como a Faceli sempre foi tratada e enquanto continuar assim, vai ser tratada." Logo depois, o Sr. Ozório: "Não por que se tiver tempo da gente tentar buscar, eu acho que vale a pena tentar buscar, pro ano que vem, para já parar com essa queda de receitas e começar, pelo menos, uma equiparação de receitas do que era no início. Com certeza com a receita que era no início já daria pra fazer muita coisa. A gente tinha aquelas gestões que lidavam com

a Faceli como se fosse empresa. Queriam devolver dinheiro do município a qualquer custo, nunca vi uma coisa dessas. Então eu acho que se tivesse empregado esse dinheiro ao invés de ter devolvido, a gente teria um monte de problemas a menos hoje. Então eu penso que talvez a energia esteja sendo empregada no lugar errado. Eu acho que a Procuradoria pode nos ajudar de outra forma. Já vem ajudando, eu não conhecia esses dados, por isso eu acho importante deixar no papel até pra deixar mais transparência e para nos resguardar. Mas acho que vale a pena a gente puxar um ponto de pauta nesse sentido, numa reunião extraordinária que esteja próxima do envio do orçamento do ano que vem. Fica aí minha sugestão.” Com a palavra o Presidente, assim se manifestou: “Enfim, senhores, qual seria o encaminhamento que nós vamos dar? Porque nós temos mais três pontos de pauta.” Com a palavra o Sr. Tiago se manifestou dizendo que tomou liberdade de colocar as duas alternativas no chat: ratifica e faz um aditivo descrevendo o que já se paga ou ratifica e faz um aditivo propondo outras coisas, questionando se seriam apenas essas alternativas, propondo que se coloque em votação. Com a palavra, o Sr. Ozório: “Eu acho que o dois é o que eu e Rodrigo tínhamos falado, ratifica e até faz novas propostas mas não como exigência.” Com a Palavra a Sra. Marcela afirmou que seria como forma de diálogo, contudo o Sr. Ozório pontuou que da maneira como o Sr. Tiago colocou no chat não ficou claro. Pelo Sr. Rodrigo foi pontuado: “eu entendo que a exigência é colocar o que já presta no papel, eu não sou contra no aditivo abrir possibilidades, mas não sei como seria estabelecido no aditivo, porque o aditivo estaria estabelecendo obrigações.” O Sr. Ozório pontuou que a proposta dele e do Rodrigo seria mais correta se ficasse da seguinte forma: “ratifica, faz o aditivo, coloca no papel o que se paga e propõe, somente como proposição e não obrigação, novas medidas.” O que foi ratificado pelo Sr. Rodrigo foi afirmado que assim se abriria diálogo a para novas medidas. Com a palavra o Sr. Tiago, assim se manifestou: “Estou disposto a ceder minha posição e concordar com a posição do Ozório e do Rodrigo, desde que a gente coloque e fique claro em ata que antes de ser assinado um novo termo de cessão em 2023, antes de se promover qualquer tipo de assinatura, antes mesmo de qualquer ratificação, a gente vai sentar como CONCUR, analisar o que foi feito, o que não foi feito, se as propostas foram seguidas, ou não foram seguidas, se o pessoal da Procuradoria está tratando bem os nossos servidores ou não, e daí, neste sentido, decidir por não renovar o termo, ou então colocar um outro termo de cessão com obrigações muito mais duras. É só isso que eu proponho, se for nesse sentido, da gente daqui há dois anos colocar e sentar em outra, para não analisar um termo já assinado, ou seja, poder negociar efetivamente um termo, não colocar a “faca no pescoço” de ninguém, chegar em dezembro de 2022, poder sentar com tempo, daí eu concordo com todo mundo e tudo bem, mas eu queria ter essa certeza de que não vão chegar pra gente em abril de 2023, maio de 2023, com um termo pronto e dizer aqui ratifique, daí de novo a gente vai ter essa discussão e eu não quero ter essa discussão de novo, eu acho que a gente tem que evoluir.” O Sr. Marcos Rodrigues Saúde, se manifestou no chat: “Prezados, peço licença, vou ter que sair em virtude de outro compromisso, em reunião de Comissão. Já estou atrasado.” O Sr. Rodrigo se manifestou em concordância com a posição do Sr. Tiago. Com a palavra, o Sr.

Antônio de manifestou: "Tiago, eu tenho uma pergunta a você. Tem como implicar no que você está falando, responsabilidade? Tipo, se não fizer, responde por improbidade. Tem como colocar alguma coisa assim? Que meio que faz com que as pessoas se atentem a suas ações?" Com a palavra o Sr. Ozório, este respondeu ao questionamento do Sr. Antonio, afirmando que a questão de probidade é por força de lei, sendo complementada pelo Sr. Rodrigo que afirmou que não é uma questão contratual. Em seguida, o Sr. Ozório afirmou que podem ser colocadas responsabilizações no contrato e que posteriormente podem até se caracterizar como improbidade caso as obrigações sejam descumpridas, mas não seria possível constar a improbidade contratualmente. Pelo Sr. Antônio foi solicitado que se coloque em contrato responsabilizações para que haja o mínimo de obrigação. Em seguida, os senhores Rodrigo e Ozório afirmaram que essa é a proposta, que se coloque no papel as obrigações. Logo após, o Sr. Ozório informou ter colocado a terceira proposta no chat, qual seja: "ratifica e faz um aditivo descrevendo o que já se paga, e propõe coisas novas sem ser uma obrigação de aceite". A proposta foi ratificada pelo Sr. Rodrigo. O Sr. Ozório ressaltou concordar com a sugestão do Tiago de que antes da próxima ratificação haja uma conversa com o CONCUR de no mínimo dois ou três meses de antecedência. No chat, os conselheiros Marcos Saúde que ainda se encontrava presente na reunião, bem como Joana Lúcia, Marcela Rúbia e Paulo votaram em concordância à proposta número três, encaminhada no chat pelo conselheiro Ozório. Pelo Sr. Tiago, foi pontuado que sua opinião é de que considera as obrigações atuais como pouco, mas que votará com todos para que fique seja unânime, se todos garantirem que em dezembro de 2022 o termo de cessão será ponderado de uma forma que se coloque as cláusulas programáticas. Em seguida, pelo chat, os conselheiros Robson, Rodrigo e Roque votaram também na proposta três, apresentada por Ozório e Rodrigo. Com a palavra a Sra. Marcela Rúbia, assim se manifestou: Eu acredito que com isso, as reuniões que nós vamos obter a partir de agora, a gente vai falar um pouco sobre isso, entendeu? A gente vai trazer um pouco do que tá acontecendo. Eu acho que nós não vamos precisar chegar até o 2022 não porque agora abriu. Eu também não sabia, por exemplo, um monte de coisa. Quando enviaram o e-mail, enviaram agora a tarde e eu não consegui ler. Mas olha o tanto de coisa que a procuradoria de certa forma auxilia a gente e era também desconhecido, como Ozório colocou. Eu acho que a questão é ficar mais claro tudo isso, como Rodrigo colocou tão bem claro, e a gente com certeza, a partir de agora, porque estamos entrando agora, a gente vai ficar de olho, não só nisso, mas em outras questões. Como você colocou Ozório, nessa discussão aí, do planejamento né, nós temos aqui, olha quanto representante aqui podem estar nos auxiliando neste momento de falar que a Faceli precisa realmente de mais benefícios. O que a gente tem que fazer é propor sempre e tudo isso formalizado em ata. Porque aí a gente pode mostrar que foi proposto, foi isso, foi aquilo. E aí a gente pode falar se tá tendo alguma coisa ou não. Mas até então a gente precisa seguir essas ordens de verificar. Então quer dizer, olha como foi bom a gente ter essa discussão aqui e sabendo de toda essa informação que a gente não tinha." Em seguida, o Sr. Ozório se manifestou: "Também acho. Robson eu gostaria de tirar uma dúvida. É possível a gente já deixar



marcado nesta ata duas reuniões extraordinárias? Uma para quando estiver próximo do momento de envio do orçamento anual da Faceli e uma para quando estiver próximo o fechamento dessa nova sessão para a gente rediscutir pra já deixar programado? Olha, para 2022 já está programada uma extraordinária para o mês de março, que acho que março fica um pouco mais longe, e deixar marcado olha pra 2021, como a lei é votada no mês tal, a gente faz uma reunião no mês antes. Alguma coisa nesse sentido, é possível deixar?" Pelo Presidente foi informado que é possível, e que não vê problema. Com a palavra o Sr. Ozório deixa sua fala anterior como sugestão. Com a palavra o Presidente questionou se seria possível entender que a proposta três é um ponto de convergência, fazendo uma nova leitura de como fica a proposta três: "Ratificamos o convênio, e fazemos o aditivo descrevendo o que já se paga, e propondo coisas novas sem ser uma obrigação, abrindo diálogo." Em votação da proposta, os conselheiros que ainda não votaram se manifestaram. Votaram favoráveis à proposta os conselheiros: Pedro, Tiago, Ludimila, Eleonor, Suelen, bem como Ozório que apresentou a referida proposta. Se abstiveram da votação os seguintes conselheiros: Antônio e Maria Olímpia. Desta feita, fica aprovada a proposta três. Pelo Presidente foi apresentado o próximo ponto de pauta, qual sejam as emendas parlamentares do deputado Felipe Rigoni, informando que o referido parlamentar colocou para uso da sociedade suas emendas, sendo cinquenta por cento para área da saúde, tendo sido aberto para vários projetos de iniciativa social. Nesta senda, destacou a elaboração de um projeto baseado nos índices de consumo de energia 2019, projetando as tarifas atuais até o presente momento, e os gastos da Faceli, colocando um sistema de captação de luz solar no telhado foi projetada uma economia de em torno de cento e oitenta mil reais por ano que seria revertido integralmente em pesquisa e extensão; referido projeto foi elaborado pelo Presidente junto a um amigo que é dono de uma empresa de engenharia de instalação solar, tendo apresentado anteriormente para todos os conselheiros avaliarem, e protocolou para o deputado, afirmando que o projeto é selecionado via sistema de votação votado pela sociedade, abrindo para que o Conselho emita opinião. Com a palavra a Sra. Marcela parabenizou pela iniciativa e informou que ela e o coordenador de Pedagogia também estão pensando no núcleo de acessibilidade da Faculdade e que eles têm conversado com o Diretor Acadêmico e estão elaborando um projeto para organizar esse núcleo. Pela Conselheira Maria Olímpia foi informado no chat que teria que se retirar em razão de um compromisso. Com a palavra o Sr. Ozório parabenizou a iniciativa e afirmou torcer para que dê certo. Logo após, a conselheira Marcela questionou Tiago sobre a ideia de trazer algo pensando no auditório. Com a palavra o Conselheiro Tiago se manifestou da seguinte forma: "O auditório na verdade é uma outra questão, com verba dos deputados estaduais. Isso daí não é ponto de pauta do CONCUR e daí fica difícil a gente debater isso aí, mas eu pessoalmente acho que a verba federal do deputado Felipe Rigoni a gente não conseguiria para construção de alguma coisa." Com aparte Sra. Marcela, esta se manifestou: "É pouco né?" Continuando a fala, o Sr. Tiago pontuou: "Não é questão de ser pouco. Eu acho que ele não vai querer construir coisas com essa verba, ele vai querer fazer algum projeto. Daí é tão improvável a gente conseguir. Eu pessoalmente acho improvável, então fica



difícil. O professor Rodrigo Reis que é um dos maiores entusiastas do auditório, ele estava aí e acabou tendo que sair, ele poderia talvez ponderar alguma coisa, mas infelizmente ele não está. Mas de qualquer forma, em termos de auditório não compensa a gente tentar isso via Rigoni, na minha opinião.” Com a palavra o Presidente, assim se manifestou: “Podemos passar para outro ponto. Em cima do que a Marcela falou, eu gostaria de incentivar as pessoas a apresentarem projetos, isso daí é livre. Eu me adiantei porque considerei um projeto institucional. Agradeço. O próximo ponto seria o novo site da Fundação Faceli que está quase pronto. Bom vamos lá, porque é tão importante fazer um novo site da Fundação Faceli? O site atual mistura muito fundação com faculdade. Inclusive tem até um ponto que coloca fundação e faculdade como se fosse uma entidade só em termos de equipe administrativa. É importante a gente fazer isso até para que o site da faculdade, que seria o atual nosso, ficasse restrito só para a faculdade. Temos uma aba para estágio, uma aba para pós graduação. Eu já conversei com o pessoal do TI para a gente conseguir abrir espaço, porque já estava havendo até um problema lá na nuvem de tanta portaria da fundação que a gente coloca, servidor que é exonerado, férias.. Isso daí acaba engordando. Então, esse novo site da Fundação seria um site exatamente só para liberarmos o site atual somente para as questões acadêmicas e ampliarmos a visibilidade das nossas questões acadêmicas no site atual da faculdade. Adianto aos senhores que o novo site da fundação faceli ele já é o primeiro caminho para a nova mantida. A nova mantida que nós entraremos ainda em discussão interna na diretoria administrativa, até apresentação na próxima reunião do CONCUR. Esse novo site teria o espaço para uma nova mantida que seria exatamente para começarmos a arrecadar recursos de forma inteligente aqui dentro . Ou seja, oferecendo para a sociedade a preços muito módicos, cursos diversos. As possibilidades são muito grandes. Cursos de formação de servidores, curso de qualificação profissional, curso de italiano, etc. Enfim, a sociedade de Linhares tem várias demandas educacionais que nós não atingimos. Então essa nova mantida iria buscar justamente essas demandas educacionais que poderíamos fazer com cursos rápidos com nossa ótima infraestrutura de sala de aula com projetor multimídia, para conseguirmos finalmente ter um caminho de construção de verbas para nossos futuros projetos de extensão e pesquisa aqui. Gostaria de saber da opinião dos senhores sobre essa nossa iniciativa.” Dada a palavra ao Sr. Rodrigo, este afirmou que este foi um ponto abordado na última reunião. Pelo Presidente foi destacado que está na ata da última reunião, como solicitação e que ele aprovou integralmente quando a leu. No chat, a conselheira Marcela destacou sua opinião sobre a distinção. Com a palavra o Sr. Tiago, assim se manifestou: “Bem, não é surpresa, eu sempre defendi que a gente tivesse outras fontes de renda. Isso é uma coisa que a gente precisa usar a Fundação para obter essas novas fontes de renda. A gente tem sempre vários projetos, várias ideias, na verdade, que não pode chamar de projeto porque não tem nada no papel, mas a ideia de poder elaborar outras coisas e a gente ir atrás, conta com meu apoio. Se vocês quiserem fazer uma reunião, conversar a respeito, fazer uma reunião de “brainstorm” sobre isso, fico à disposição, eu vou, tenho um monte de ideia. Enfim, eu sou time Faceli e eu quero mais é que a faculdade cresça



e que a gente possa ampliar nossos serviços para os nossos alunos e para a comunidade.” Com a palavra, o presidente agradeceu a fala e pontuou que com o novo site, separando mais a fundação com a faculdade, a ideia é abrir caminhos para novas parcerias, e experiências, que possam gerar recursos para dentro da faculdade, sendo o objetivo principal, abrir a Faceli para novas oportunidades. Em seguida, o Presidente afirmou entender que há uma concordância com a ideia, o que foi também assentido pelo Sr. Antônio e assim passou-se ao próximo ponto da pauta, qual seja a reestruturação da pós-graduação para 2022, destacando que a pós como está hoje seria inviável já que a instituição teria que arcar com todos os custos, ao passo que também não precisa ter fins lucrativos já que a finalidade é difusão do conhecimento. Na sequência, pontuou que para ter uma pós graduação paga, é necessário a reformulação do estatuto, afirmando ser esperado que em 2022 este entrave seja retirado, já que uma pós-graduação presencial seria um grande diferencial na nossa comunidade. Dada a palavra ao Sr. Tiago, assim se manifestou: “Robson, isso é um projeto antigo. A gente tem uma discussão entre os professores há muito tempo. Eu não vou me arvorar ao direito de falar em nome de ninguém, mas eu vejo que a maior parte dos professores concorda com a pós-graduação paga. Ressalva feita, minha, eu acho que deveria a lato sensu ser paga e se a gente abrir uma strictu sensu, mestrado e doutorado deveria ser gratuito, mas isso daí não é um problema agora. Espero que seja no futuro. Mas enfim, de qualquer forma, a gente precisa trabalhar em um projeto de lei, porque a gente tem que alterar de fato a lei que cria a Faceli, e fala que tudo tem que ser gratuito, tanto que a gente não consegue cobrar nem multa de biblioteca, o que é um absurdo. Então a única coisa que eu pondero, eu concordo com você nisso, a gente está na mesma página, eu acho que a pós paga... o Ozório está falando aqui, todo mundo concorda com as lato sensus pagas, e a gente consegue cobrar preço de EAD talvez, que vai se remunerar e vai trazer uma qualidade muito superior às pós que a gente vê por aí. A única coisa que eu queria pedir e pleitear é que a construção dessa alteração desse projeto de lei passe pela comunidade acadêmica.” Com aparte, o Sr. Antônio assim se manifestou: “Tiago, com licença. Então, eu já de pronto, me comprometo com isso. Você sabe que a gente tem essa bandeira, e aí a gente vai esboçar, a gente já vinha construindo e conversando sobre isso. Eu esboço, apresento aí um dia para os colegas, para os pares, para os alunos, para o DCE, e para a comunidade como um todo. Para que a gente de fato, de modo colaborativo, faça essa alteração que a gente já vinha conversando já faz a bons anos. Você tem esse meu compromisso.” Dando continuidade a fala, o Sr. Tiago agradeceu e pontuou que considera importante isso, porque uma lei que altere o funcionamento da Faceli passando por toda a comunidade acadêmica será uma lei muito mais legítima, sendo a causa abraçada por todos, o que não significa que tudo o que todos sugerirem será aprovado, mas que todos terão a oportunidade de agregar alguma coisa, destacando que sabe que os alunos, professores e servidores querem participar disso já que vai mexer em várias coisas na instituição, reiterando seu pedido de fazer parte do processo de formação desta lei. Os Conselheiros Ozório e Pedro opinaram em ter uma pós-graduação paga, com baixo custo, sendo pontuado pelo Ozório a ideia de dar bolsa para os melhores alunos

da instituição. Em seguida, o Presidente expressa gratidão pública à disposição do Sr. Tiago em construir essa pós-graduação de forma colaborativa, afirmando que a construção coletiva de algo tão importante é muito melhor e ainda vai ajudar o núcleo da direção, destacando que quando chegar o momento todos vão poder colaborar. Com a palavra a Sra. Marcela, destacou ser fundamental a colaboração de todos na construção desse projeto de pós-graduação, que é algo que os professores já levantam esse diálogo há muito tempo. Pelo presidente foi pontuado que o maior título da Faceli são os professores, e que precisa ser pensado em cursos que tenham abertura para profissionais de fora, além de oxigenar, há um caminho a percorrer; informou, ainda, que tem conversado e pesquisado, junto com o Diretor Acadêmico, cursos de pós-graduações pagas e outros modelos que possam servir de base. Com a palavra, a Sra. Eleonor, esta ressaltou que há um projeto do DCE parado justamente pela proibição legal de gerar renda na Faceli, portanto, tirar esse impedimento legal dentro da instituição não possibilitaria só a pós-graduação, como também outros projetos. Logo após, o Presidente se manifestou: "Eleonor, sim, não é Rodrigo?! A gente pode voltar discutir esse aspecto. Quando a gente estudou aquilo ali naquela época havia obrigatoriedade da gente alocar recursos para professores com tempo integral aqui. Então isso aí era aqui era um entrave muito grande aqui por conta do risco orçamentário. A gente não tinha como ter um professor de cada curso com dedicação exclusiva, que era o que havia naquela proposta original. Então, isso tudo tem que ser discutido com muita calma porque o recurso que nós temos aqui ele precisa ser usado com muita parcimônia, entendeu? Mas a gente está aberto à discussão futura porque a gente está querendo criar estruturas para uma Faceli que seria sustentável e tudo o que puder entrar neste contexto será muito bem vindo." Ato contínuo, o presidente apresentou uma questão a ser apreciada, qual seja a ratificação dos convênios de estágio dos alunos, que não foi apreciada inicialmente junto à questão do convênio com a Procuradoria, quais sejam: Bruno Ramos Sociedade de Advogados, vigência por tempo indeterminado; Casa das Louças e Retalhos, vigência de 2021 a 2026; Cross Hero Academia, vigência de 2021 a 2026; Golden Glass Indústria de Vidros, vigência 2021 a 2026; LCD Propaganda e Marketing, vigência 2021 a 2026; MN Comportamento e Saúde, vigência por tempo indeterminado; Mc Linhares Industria de Pesca e Componentes, vigência 2021 a 2026; Organização Centro de Educação Infantil Aconchego, vigência 2021 a 2026; Keila Rodrigues Vieira Nepomuceno, vigência 2021 a 2022 (escola); Scap Car, vigência 2021 a 2026; SAAE, vigência por tempo indeterminado e VD Comércio de Veículos, vigência 2021 a 2026. Ressaltou-se que são convênios que são bons para os alunos e o Presidente solicitou a ratificação destes. Pela Sra. Marcela foi questionado como os convênios foram estabelecidos. O Presidente informou que muitas vezes são os alunos que vão atrás, e a empresa solicita o convênio para que os alunos possam ser seus estagiários, destacando ainda que está em contato com o coordenador de estágio para visitar as maiores empresas instaladas no município para verificar in loco o desempenho dos alunos estagiários e conversar com os supervisores até para tentar conseguir mais vagas de estágio para a instituição. Pela Sra. Marcela foi destacada novamente a importância da separação de Faceli

faculdade e fundação até para ir atrás desse tipo de coisas, já afirmando seu voto pela ratificação dos convênios e a solicitação de que mais convênios possam ser realizados. Pelo Presidente foi afirmado que há todo interesse em realizar mais convênios, destacando ainda que pela primeira vez há estagiários dentro da fundação, alunos da Faceli, sendo que no NPJ tem dois alunos do curso de direito. Pelo Sr. Ozório foi externada sua aprovação em relação aos convênios e solicitou que os mesmos fossem compartilhados por e-mail com os Conselheiros, a fim de que possam analisar e tentar pensar em ideias novas. Pelo presidente foi informado que haverá no site uma aba somente para estágios com informações sobre os convênios e modelos de contratos, buscando usar o site para alavancar os convênios. Em seguida, a Sra. Marcela pontuou sobre a proposta de contratação de estagiários não só para a educação especial, mas também para a educação social, o que é uma coisa boa para os alunos de pedagogia que estavam precisando de estágio, ressaltando a alegria dos alunos em conseguir estagiar, que é uma questão tão importante para a segurança profissional dos alunos. Pelo Sr. Rodrigo, foi informado que já foram assinados mais de quarenta contratos de estágio recentemente. Em seguida, pelo Presidente foi pontuado que tais contratações estão sendo realizadas em período de pandemia, o que torna tudo mais relevante ainda. A Sra. Marcela destaca que muitos temas de TCC são trazidos através do estágio. Nada mais havendo, o presidente encerrou a reunião e eu, Antônio Cesar Machado da Silva, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e pelo presidente./ por todos os presentes

